

Sábado

12-12-2019

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Diversos

Dimensão: 656 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 12

Do diretor

EDITORIAL

Com o novo regime das Parcerias Público-Privadas, o Governo escancarou as portas à entrada da raposa no galinheiro. É um convite à corrupção com a garantia da impunidade, ao meter o selo do Conselho de Ministros em cada decisão

Quando a raposa entra no galinheiro por decreto

Na mesma altura em que anuncia mais um grupo de trabalho sobre o combate à corrupção, o Governo abre a porta à dita senhora com um novo regime nas Parcerias Público-Privadas. Entra a senhora corrupção, transformada numa faminta raposa, dentro do galinheiro e por decreto. Com o novo regime é eliminada a análise custo-benefício, pelo que não se vai saber se o valor da obra seria mais baixo se fosse feita pelo Estado ou se, pelo contrário, deve avançar em PPP. É varrida a lista de 16 exigências que funcionavam como crivo para o lançamento e a adjudicação das PPP e os critérios passam a ser decididos, caso a caso, em Conselho de Ministros. Além disso, as autarquias e as regiões autónomas ficam de fora e, com isso, deixam de ter o controlo apertado que tinham até agora. Por fim, retira-se o controlo orçamental ao Ministério das Finanças e entrega-se ao Ministério da Economia.

Trata-se, afinal, de mais um diploma feito na já longa tradição legislativa portuguesa de opacidade e abertura de portas, sempre em nome de uma qualquer racionalidade de gestão ou mesmo de valores. Os municípios de Lisboa e do Porto já tinham mostrado a sua insatisfação com as regras anteriores, em ações que perderam nos tribunais. Agora, acabaram-se os problemas: mudou-se a lei. Regressamos, portanto, ao tempo das “compensações contingentes”, jargão jurídico de perfil tecnocrático inventado nos governos de Sócrates para abrir os cordões à bolsa do Estado (de nós todos) aos amigos da época.

Alguém acreditará que, perante uma lei destas, o Governo quer dotar o Estado de mecanismos eficazes na

repressão da corrupção? Como é possível querer avançar nos mecanismos de investigação criminal e, ao mesmo tempo, entregar grande parte do Orçamento do Estado a privados esmagando os meios de controlo? São sinais tão contraditórios que se anulam só por si. São os mesmos sinais que se deram no passado, quando se fez uma gigantesca comissão eventual de combate à corrupção, no âmbito do chamado “pacote Cravinho”. A comissão progrediu muito pouco, mas a apropriação do Estado e dos seus recursos por grupos de interesses – quase todos ligados ao universo GES/BES – foi esmagadora. Na mesma altura em que se discutia a corrupção no parlamento, no Conselho de Ministros entregavam-se parcerias público-privadas a torto e a direito. Promoviam-se os construtores amigos e entregava-se o que restava da banca e de grandes empresas como a PT, EDP e outras a Ricardo Salgado e aos ex-ministros transformados em facilitadores por conta de outrem, sobretudo dos interesses chineses e angolanos que entraram como nunca na economia nacional. Agora, as personagens nem sempre são as mesmas, mas a maneira de atuar é igual. ■



E

Diretor
Eduardo Dâmaso